

## A Energia no Processo de Construção da União Europeia

**José Penedos**

Rede Energética Nacional

---

Os primeiros marcos da construção europeia são conhecidos: a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA) e a EURATOM como precursoras da ambição de levar os países europeus a concertar estratégias em relação as matérias-primas energéticas, tecnologias e comodidades, substituindo o ambiente de confronto presente na segunda guerra mundial.

Nos anos seguintes às crises do petróleo dos anos setenta e oitenta, aprofundou-se o sentimento da necessidade de incluir a energia nas matérias que mereciam a atenção regular do Conselho Europeu, o que veio dar origem aos trabalhos de construção da directiva do mercado interno da electricidade e do gás, (DR 96/92/CE) e (DR 98/30/CE) respectivamente, que só seriam aprovadas na década de noventa.

A emergência de novas tecnologias para a produção de electricidade, de base renovável, conjugada com a alteração estrutural da actividade de comercialização, com o impulso à regulação independente e à realização do direito dos consumidores a escolher o seu fornecedor, provocou uma revisão substancial daqueles textos que se concretizou com a aprovação das correspondentes Directivas 2003/54/CE e 2003/55/CE, também para o mercado da electricidade e do gás.

Finalmente, para irmos ao essencial, a revisão da estratégia energética da UE foi aprovada já este ano, em 8 e 9 Março, no Conselho Europeu e assenta num triângulo constituído pelos valores da:

Segurança de Abastecimento;

Competitividade;

Sustentabilidade.

Nos anos transcorridos, a liberalização dos mercados que estava implícita na construção do mercado interno, confrontou-se com uma estrutura empresarial historicamente integrada, desde a produção ao transporte e distribuição, com o fornecimento de electricidade e gás, exercido, em muitas situações, pela mesma entidade. O que quer dizer, em termos secos, que o exame feito à abertura dos mercados nacionais, após anos de regulação comunitária, não é de molde a gerar entusiasmo. Ou seja, falta muito trabalho de harmonização de regulações nacionais, falta a concretização da desverticalização das actividades, não apenas legalmente, mas também em termos de propriedade (*ownership unbundling*), para podermos avançar mais decididamente na melhoria das condições de concorrência. Se não formos capazes de dar passos concretos nesta direcção, vai ser dramático concluir que há um domínio fundamental da actividade económica onde as regras do mercado não são aplicáveis. A ser assim, a actividade da energia, em ciclo integrado, deveria ser completamente repensada à margem do mercado, o que seria a falência duma parte importante do nosso adquirido comunitário (*acquis communautaire*).

A actividade das empresas eléctricas mudou muito desde a década de cinquenta. Quando se criou a Comunidade Económica Europeia (CEE), as redes estavam a ser configuradas para ligar os centros produtores às zonas de maior consumo. Não foram pensadas para suportarem fluxos de natureza comercial. É aqui que entram as redes, como monopólios naturais, com uma nova função de servir todos os agentes do mercado. As redes devem permitir, pela igualdade e transparência das condições de acesso, que todos os produtores possam competir para chegarem ao consumidor final – que conquistaram pela eficiência do seu processo produtivo. Só nestas condições se verifica o pressuposto técnico do

transporte com o mínimo de perdas e restrições, não só de tipo nacional, mas também transfronteiriças. Considerando uma meta de 20% de energia renovável, no horizonte de 2020, como forma de promover a autonomia do espaço comunitário e o combate aos gases com efeito de estufa, pela redução da componente térmica, de origem fóssil, para a produção de electricidade, é de capital importância dispor de uma rede capaz de receber toda essa produção, em condições seguras. A volatilidade e o carácter intermitente de algumas das fontes de energia renovável obrigam a encarar, de uma nova perspectiva, a composição dos sistemas electroprodutores.

O recente incidente de 4 de Novembro de 2006, com origem na Alemanha, que provocou a rotura do fornecimento de electricidade a cerca de 15 milhões de europeus, durante alguns minutos, fez soar o alarme sobre a necessidade de investimento nas redes, de coordenação entre operadores de sistema, de harmonização nas regras de operação e de regulação, como passos indispensáveis para melhorar a segurança e continuidade do abastecimento. Sem uma relação criticamente escrutinada entre potência de reserva garantida, previsão da procura e da composição do sistema electroprodutor, não será possível dominar as noções de margem presentes na segurança de abastecimento.

Algumas soluções estruturais, de tipo centralizado, como resposta aos problemas já inventariados têm sido apontadas por alguns sectores, sejam das instituições comunitárias, sejam dos reguladores. Mas um primeiro nível de convergência, respondendo às necessidades identificadas, é possível com uma vontade de partilha das responsabilidades a sobrepor-se aos egoísmos nacionais. E sem criar novos órgãos comunitários. Se formos capazes de reforçar o investimento nas redes e nas interligações e criar a oportunidade às trocas transfronteiriças de energia que os textos comunitários prenunciam, o mínimo que poderemos dizer é que o processo económico seguirá o seu curso, apesar de naturais resistências dos “campeões nacionais”.

Aí, os consumidores europeus verão estreitar-se a diferença de preços que ainda hoje vigora no espaço da UE. E começarão a sentir os benefícios de uma construção que lhes tem sido sucessivamente anunciada e também adiada, corporizando o valor da competitividade.

A física ignora a natureza dos fluxos transitados nas redes. É nossa responsabilidade criar condições para que a capacidade das redes nacionais e das interligações não seja obstáculo à realização dum verdadeiro mercado europeu de electricidade e do gás para concretizar não apenas uma das vertentes do mercado interno, mas também o objectivo de uma rede europeia da energia, ao serviço do bem-estar dos cidadãos e da economia, contribuindo para a sustentabilidade como terceiro pilar da estratégia europeia da energia.